

HABEAS CORPUS Nº 568.016 - SC (2020/0072805-1)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
LUDMILA GRADICI CARVALHO DRUMOND - SC036422
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : JONY WILLIAN DA ROSA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de JONY WILLIAN DA ROSA no qual se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Revisão Criminal n. 4027052-93.2019.8.24.0000).

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado, pela prática do crime previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/2006 (tráfico de drogas), a pena de 5 anos e 11 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e 550 dias-multa.

A condenação transitou em julgado em 1º/10/2015.

Irresignada, a defesa ajuizou revisão criminal no Tribunal de Justiça, a qual foi deferida "*para afastar as circunstâncias judiciais atinentes à conduta social e à personalidade do agente, de modo a minorar a pena privativa de liberdade do revisionando para 5 anos e 10 meses de reclusão e 500 dias-multas*" (e-STJ fl. 87).

Daí a presente impetração, na qual a defesa alega que a Corte local "*incorreu em flagrante reformatio in pejus ao aumentar o incremento operado na segunda fase da dosimetria em recurso exclusivo da defesa*" (e-STJ fl. 98).

Diante disso, pleiteia a defesa, em tema liminar, sejam reconhecidas "*as ilegalidades do acórdão (CPP, artigo 660, § 2º), suspendendo-se os efeitos da condenação com relação aos excessos impugnados, até o julgamento final do writ*", e, no mérito, seja reduzida a pena do paciente (e-STJ fls. 103/104).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em

Superior Tribunal de Justiça

habeas corpus, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator